



## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

24ª Reunião Plenária – Lisboa, 9 e 10 de Novembro de 2011

### ACTA DA REUNIÃO

Nos dias 9 e 10 de Novembro de 2011 realizou-se em Lisboa, nas instalações do Ministério da Defesa Nacional, a 24ª Reunião Plenária do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa/SPAD, nos termos da alínea b., parágrafo 2. do Cap. III do Normativo do SPAD, aprovado por ocasião da III Reunião dos Ministros da Defesa, realizada em Luanda em 22 e 23 de Maio de 2000.

Presidiu à Reunião o Dr. Luis Faro Ramos, Director-Geral de Política de Defesa Nacional de Portugal, como Coordenador do SPAD.

Participaram os Delegados dos Ministérios da Defesa Nacional e dos Estados-Maiiores-Generais das Forças Armadas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal, bem como o Director do CAE.

Timor-Leste fez-se representar pelo respectivo Embaixador junto da CPLP, José Barreto Martins.

Não estiveram presentes os Delegados da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe. Assistiu ainda à reunião o Dr. Miguel Levy, em representação do Secretariado Executivo da CPLP.

Na abertura dos trabalhos, o Director-Geral deu as boas-vindas a todos os Delegados, fazendo votos para que a reunião fosse produtiva, tendo em vista a preparação da reunião de Ministros da Defesa Nacional (MDN) na Ilha do Sal, em Cabo Verde. Constatou ainda a dificuldade da presença de algumas delegações nesta 24ª reunião do SPAD. Colocou à consideração do Plenário para reflexão a eventualidade do SPAD por razões de eficiência e economia, poder vir a reunir uma vez por ano, ao invés do actualmente previsto no respectivo Normativo. Assim numa mesma reunião far-se-ia a preparação e debriefing das reuniões de CEMGFA, DGPDN e MDN.

Considerou ainda ser interessante retomar a ideia da criação de uma Força da CPLP, sabendo de antemão que sobre este assunto existem posições diversas. É seu entendimento que eventualmente o CAE seria a instância adequada para aprofundar teoricamente esta discussão, antes de ser

LPA  
Carmy  
S.Y.  
A  
A  
Fonseca  
W



## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

apresentada aos CEMGFA e MDN.

Na discussão relativa à Agenda de Trabalhos, sugeriu que as propostas de pontos a introduzir na mesma relativas à reunião constitutiva do Conselho Consultivo do CAE, apresentadas pelo seu Director, Coronel Domingos Salazar Manuel, fossem integradas no Ponto 1, relativo aos assuntos do CAE. Esta sugestão foi acolhida pelo Plenário.

Terminou informando que, para efeitos do prosseguimento e condução dos trabalhos, se fazia representar pelo Director de Serviços de Cooperação Técnico-Militar, Dr. Vilar Jesus.

Seguidamente, deu-se início aos trabalhos da 24ª Reunião Plenária do SPAD de acordo com os pontos da Agenda previamente distribuída.

### **Ponto Prévio – Aprovação da Agenda de Trabalhos**

Colocada a Agenda à consideração do Plenário, o Coordenador do SPAD propôs que, no ponto 1, fosse incluída uma alínea c) relativa ao Conselho Consultivo do CAE.

A Agenda foi aprovada por consenso, com a referida alteração (**Anexo A – Agenda de Trabalhos**).

### **Ponto 1 – Centro de Análise Estratégica**

#### **a) Ponto de situação relativo à nomeação do Director**

A Delegação de Angola considerou que a discussão deveria ser feita em Cabo Verde, desde que algum país faça a apresentação de candidato.

O Brasil informou que não se pretende candidatar nem colocará qualquer obstáculo às candidaturas que sejam apresentadas pelos restantes Estados-Membros (EM), desde que os Curriculum Vitae dos candidatos sejam apresentados em reunião de DGPDN, onde será feita a apreciação, para decisão dos MDN.

A delegação de Cabo Verde também informou que não pretende apresentar candidatura.

A delegação de Moçambique referiu estar a aguardar as informações dos outros EM.

Timor-Leste justificou a ausência da delegação pelo facto de se estar neste momento a discutir o orçamento sectorial para 2012, sendo factor impeditivo para a deslocação ao exterior.

Portugal referiu, ainda que oficiosamente, a possibilidade de vir a propor um candidato à Direcção do CAE. Para tal, a questão deverá ser tratada antes da reunião de DGPDN, para que se faça a análise



## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

atempada do CV do candidato.

### **b) Possível abertura do CAE a outros sectores da CPLP**

Angola informou não ter ainda dado seguimento da carta aos órgãos afins, prevendo que antes da reunião de MDN possa prestar essa informação ao SPAD.

O Brasil informou que tendo em vista a sua estrutura administrativa relativa aos aspectos de Defesa e Segurança, o Ministério da Defesa tratará pontualmente os temas que envolvam actividades de outros órgãos da administração pública brasileira, pelo que não farão o envio da carta aos outros ministérios. Foi entregue pelo Delegado brasileiro documento com a estrutura organizativa do Ministério da Defesa (**Anexo B**, na posse das Delegações), dando a conhecer os sectores internos do Ministério. A cada pedido o MD age como facilitador/ ponto focal , divulgando as solicitações às outras áreas, para posteriormente as fornecer ao CAE. O Brasil não se opõe ao teor da carta, apenas tem outra modalidade centralizada no MD.

Cabo Verde informou que o respectivo MDN já desenvolveu contactos prévios com os sectores relevantes e que em princípio não há objecções ao envio da carta.

A delegação de Moçambique informou ter a carta sido já trabalhada ao nível do MDN, considerando que outros órgãos estarão envolvidos.

O Embaixador de Timor-Leste referiu não ter qualquer informação sobre esta matéria.

O Coordenador referiu ser possível que a breve trecho se possa vir a ter consenso sobre esta matéria, aproveitando a oportunidade para levantar a questão do Sistema de Alerta Precoce, apenas para reflexão das delegações.

O Brasil sugeriu que se faça uma proposta concreta relativa à Força da CPLP e ao Sistema de Alerta Precoce a ser encaminhada para os Ministros, pois tratando-se de uma questão política torna-se difícil a este nível dar respostas.

Angola referiu esta ser já uma preocupação anteriormente levantada, relativa à finalidade dos Exercícios Felino.

O Plenário decidiu por consenso que sejam elaborados pelo CAE, documentos enquadradores relativos à Força da CPLP e ao Sistema de Alerta Precoce, a apresentar logo que disponíveis ao SPAD.



## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

UMA  
Cecilia

S.V.  
[Handwritten signature]

### c) Conselho Consultivo do CAE

O director do CAE fez uma exposição em função dos novos Estatutos aprovados, referindo-se à reunião constitutiva do Conselho Consultivo. Propôs a data de 19 e 20 de Janeiro de 2012 para esta reunião, tendo feito a entrega da proposta de Agenda de Trabalhos e a previsão de despesas a realizar com duas variantes possíveis (Anexos C e D, na posse das Delegações).

O Director fez novo apelo ao pagamento atempado das contribuições pelos EM, conforme previsto nos Estatutos aprovados na XII reunião de MDN. Em relação ao ano de 2011 só três países procederam ao pagamento: Angola, Timor-Leste e Portugal. Moçambique de acordo com o novo Estatuto está isento do pagamento.

Dado que o Estatuto é omissivo relativamente a quem tem competência para convocar a reunião constitutiva do Conselho Consultivo, o Director propôs que fosse o SPAD a convocar o Conselho Consultivo. O plenário acordou que com carácter excepcional, o SPAD fará a convocatória para a referida reunião.

Cabo Verde concordou com a Agenda apresentada para o Conselho Consultivo, manifestando grande preocupação com o não pagamento, referindo que questões técnicas têm impedido a transferência da respectiva verba.

Moçambique sugeriu ao CAE que passado o período do pagamento deva fazer insistências com os países para regularizarem a situação.

Timor-leste concorda com as sugestões dos restantes EM.

As delegações para a reunião constitutiva do Conselho Consultivo do CAE deverão ser constituídas por dois elementos, a saber: o coordenador do Núcleo Nacional do CAE e um delegado do SPAD, à semelhança do que se passa na reunião de CEMGFA.

A questão relativa ao órgão competente para convocar as próximas reuniões do Conselho Consultivo do CAE deverá ser colocada na IV reunião de DGPDN para a tomada de decisão.

Todos os EM concordaram com a proposta anterior.



## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

### Ponto 2 – Exercício Felino 2010

#### a) Apresentação das conclusões

A delegação de Angola referiu que uma vez que a apresentação das conclusões do exercício Felino 2010 já havia sido feita, em tempo, aos CEMGFA, propunha a entrega do respectivo relatório para anexar à presente acta (Anexo E).

#### b) Ponto de situação relativo ao Grupo de Trabalho proposto na 13ª reunião de CEMGFA

A delegação portuguesa propôs que se faça a primeira reunião do GT dias 14 e 15 de Dezembro, o que foi aceite pelos membros do GT.

O Brasil referiu que foi decidido na última reunião dos CEMGFA o acolhimento da sua proposta e a criação do Grupo de Trabalho para a operacionalização da mesma. Referiu ainda que seja efectuada uma única reunião com vista à produção de um documento final, que consubstancie uma proposta concreta para discussão na 14ª reunião de CEMGFA.

A delegação portuguesa sugeriu, como ponto de partida, trabalhar com base nas propostas do Brasil e de Angola, de modo a estabelecer um conjunto de metodologias para a realização do exercício, com vista a normalizar e estruturar os exercícios da CPLP, criar procedimentos, reter as lições aprendidas, harmonizar as reuniões de planeamento e o modelo de avaliação.

O Coordenador considerou que estes procedimentos poderão vir a constituir-se como um embrião para a criação de uma força da CPLP.

Angola referiu ter procedido à substituição do representante no GT pelo Coronel Timóteo Makiadi Salambi Neves.

### 3. Confirmação do projecto de Agenda da IV REUNIÃO de DGPDN, a realizar na República de Cabo Verde

A Agenda foi aprovada com a introdução da alínea c), relativa à reunião do Conselho Consultivo do CAE e alterado o Ponto 5 para apreciação das conclusões sobre o Exercício Felino 2010 (Anexo F).



## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

KRM

Caunz

S.V.

Handwritten signatures and initials, including a large signature and the initials 'R.L.M.' at the bottom.

#### **4. Confirmação do projecto de Agenda da XIII REUNIÃO de MDN, a realizar na República de Cabo Verde**

A Agenda foi aprovada com a alteração no Ponto 5 para aprovação das conclusões do Exercício Felino 2010 realizado em Angola (Anexo G).

#### **5. Reforço do controlo e fiscalização das águas territoriais e da zona económica exclusiva dos países da CPLP**

Angola considerou, à semelhança do que já tinha sido acordado na 23ª reunião do SPAD, que esta matéria pela sua complexidade e natureza deverá ser analisada no próximo Simpósio de Marinhas da CPLP que se realizará de 8 a 10 de Maio de 2012 no Rio de Janeiro.

O Brasil informou, não ser possível assinar a respectiva declaração, na medida em que à luz da legislação Brasileira e dos compromissos internacionais assumidos, não existe previsão de actuação de navios de guerra ou aeronaves militares em acções de fiscalização em águas jurisdicionais de outros países, tal como não podem ser receptores deste tipo de acções.

Moçambique concorda com o conteúdo da declaração, sendo que a mesma será remetida aos diversos órgãos de decisão. Manifestou concordância em que esta questão fosse analisada no Simpósio de Marinhas.

Timor concorda com o conteúdo da declaração e com a análise da questão no Simpósio de Marinhas.

Cabo Verde concorda com o conteúdo da Declaração e subscreve a posição Moçambicana e Timorense no que concerne ao Simpósio de Marinhas da CPLP.

O Secretariado Executivo da CPLP acompanha com natural interesse a discussão destas matérias.

O Brasil considerou fundamental a presença de todos os países no Simpósio, fazendo notar a importância dos representantes de cada Estado-Membro se encontrarem munidos de posições oficiais dos respectivos Governos.



## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

### 6 - Comité de Saúde Militar

A delegação de Angola, pelo Coronel Miguel Gaspar, defendeu a proposta angolana de criação do Comité de Saúde Militar.

Na medida em que a constituição de um Comité de Saúde Militar, em tempos de restrições orçamentais, poderá constituir-se como um encargo oneroso para os diversos EM, a delegação portuguesa ficou de apresentar na próxima reunião do SPAD, uma solução intermédia que poderia passar pela reactivação dos pontos focais, com vista a assegurar a continuidade e cadência da discussão e materialização das matérias relacionadas com a Saúde Militar.

Timor-leste partilha as ideias transmitidas, realçando a importância da transmissão de conhecimentos em língua portuguesa.

A delegação do Brasil propôs que as conclusões dos Encontros de Saúde Militar fossem presentes às reuniões de CEMGFA e MDN, via SPAD.

### 7 – Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da Defesa

Não houve evoluções em relação à situação referida na 23ª reunião do SPAD.

### 8 - Notícias de interesse para a CPLP

A delegação de Angola informou sobre a realização de eleições gerais em 2012, e que decorre o processo de actualização do registo eleitoral, referindo-se ainda ao 36º aniversário da independência da República de Angola, que se comemorará no dia 11 Novembro, bem como a eleição de uma angolana como Miss Universo.

O Brasil através de um Memorando de Entendimento Técnico assinado entre os Ministérios da Defesa de Angola e do Brasil e de um contrato comercial assinado entre a Empresa Gerencial de Projectos Navais (EMGEPRON) e a Comissão Interministerial para Delimitação e Demarcação dos

LM

Caunij

2.7

A

LM

LM



## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

KRM  
Caua  
S:  
[Handwritten signatures]

Espaços Marítimos de Angola (CIDDEMA), desenvolveu uma cooperação sobre o levantamento e extensão da plataforma continental angolana.

Mais informou que no período de 8 a 10 de Maio de 2012 será realizado no Rio de Janeiro, sob a coordenação da Marinha do Brasil, o III Simpósio das Marinhas da CPLP, cujo tema será: "Garantia da Defesa e Segurança Marítimas em âmbito Nacional, Regional e Global. A cooperação entre as Marinhas para o monitoramento e controlo do tráfego marítimo nas águas jurisdicionais dos países".

Cabo Verde informou que pela primeira vez o Presidente da República e o Governo são de sensibilidades políticas diferentes, demonstrando a vitalidade da democracia caboverdiana. Acrescentou ainda que os preparativos para a XIII reunião de MDN a ter lugar em Sta Maria na Ilha do Sal, estão a decorrer dentro da normalidade.

Moçambique referiu o acolhimento dos 10<sup>os</sup> Jogos Africanos. Estão também em curso os preparativos para a realização das eleições intercalares autárquicas em Quelimane, Pemba e Cuamba.

O representante de Timor Leste informou sobre o franco crescimento do país, aliado à segurança que se vive, com o apoio da cooperação de Portugal e do Brasil e que se está a preparar para as eleições presidenciais e legislativas que decorrerão em 2012. Informou ainda que vem da reunião da Assembleia Geral da UNESCO e relevou o facto das declarações dos países lusófonos terem sido feitas em língua portuguesa, constituindo este facto o resultado de um trabalho continuado desenvolvido pela CPLP, na promoção, difusão e internacionalização da língua portuguesa.

O Secretariado Executivo da CPLP informou que se fará representar na reunião de MDN pelo Director Geral, Dr. Helder Vaz.

O Coronel Domingos Salazar Manuel entregou documento contendo informações bancárias do CAE (Anexo H)

### **9) Parceria Paz e Segurança no âmbito da Estratégia conjunta África-UE – participação dos Estados-membros**

A Delegação Portuguesa fez um breve ponto de situação relativo à Parceria Paz e Segurança, à





## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

primeira reunião ocorrida em 2011, apelando novamente à troca de informações sobre esta matéria.

Fazendo parte integrante da presente Acta, apresentam-se em anexo os seguintes documentos:

Anexo A – Agenda da 24ª Reunião do SPAD

Anexo B – Organograma com a estrutura organizativa do Ministério da Defesa do Brasil (na posse das Delegações)

Anexo C e D - Proposta de Agenda de Trabalhos e previsão de despesas para a reunião do Conselho Consultivo

Anexo E – Relatório do Exercício Felino 2010

Anexo F – Agenda da IV REUNIÃO de DGPDN

Anexo G - Agenda da XIII REUNIÃO de MDN

Anexo H - Informações bancárias sobre CAE

Lida e aprovada a Acta, seguem as assinaturas do Coordenador do SPAD, de todos os Delegados presentes e do Representante do Secretariado Executivo da CPLP.

Lisboa, aos dez dias do mês de Novembro do ano de dois mil e onze



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

O Coordenador do SPAD

Dr. Luis Faro Ramos

A Delegação de Angola

Cor Camilo João Manuel

CFR Kamaphlyka Mendes

Dra Madalena Eduardo da Silva

TCor Abílio Ngombo

A Delegação do Brasil

CFR Alexandre Coelho Gomes

A Delegação de Cabo Verde

Major António Jorge Silva Rocha



## Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

A Delegação de Moçambique

Coronel Alberto Mazivila

A Delegação de Portugal

Dr. José Vilar de Jesus

CMG José Eduardo Madureira F. Costa

CFR Victor Manuel S. Leite Braga

Dr<sup>a</sup> Leticia Bairrada

Cor Reis Mendonça

TCor Francisco Rijo

A Delegação de Timor-Leste

Embaixador José Barreto Martins

O Representante do Secretariado Executivo da CPLP

Dr. Miguel Levy

O Director do CAE

Cor. Domingos Salazar Manuel